BANCO TOPÁZIO

Banco Topázio S.A.

CNPJ nº 07.679.404/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Em 2018, concentramos nossos esforços na oferta de crédito pulverizado para estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte. Desenvolvemos novos canais de vendas, produtos e serviços, visando diversificar a atuação do Banco. **Controle Interno e *Compliance* -** O sistema de Controles Internos constitui-se em um conjunto de atividades estabelecidas pela Alta Administração, envolvendo todos os níveis hierárquicos da Instituição, objetivando identificar e avaliar fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição. Instituiu-se metodologia direcionada a proteção de seus ativos, de modo a atender à Resolução nº 2.554/1998 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos correlatos do Banco Central do Brasil. *Compliance* constitui-se em um conjunto de atividades estabelecidas pela Alta Administração, envolvendo todos os níveis hierárquicos da Instituição, com a finalidade de assegurar a aderência de todos os níveis de negócios às leis e regulamentos aplicáveis e às boas práticas de governança corporativa. Instituiu-se metodologia direcionada ao gerenciamento do risco de conformidade, de modo a atender à Resolução nº 4.595/2017 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos correlatos do Banco Central do Brasil. **Ouvidoria -** Com a filosofia de dar voz aos clientes e usuários dos produtos e serviços, o Banco Topázio S.A. disponibiliza este canal de comunicação, que contribui para aprimorar as relações entre a Instituição e seus usuários, com pilares na transparência, sigilo e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução nº 4.433/2015 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos correlatos do Banco Central do Brasil. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Gestão de Riscos -** A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Topázio responde pelo conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos voltados ao controle e gerenciamento dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e de capital, reportando-se à Diretoria de Controles. Conta ainda, com a atuação do Comitê de Riscos, através de reuniões mensais com a Diretoria Executiva e consultores externos. O **Gerenciamento de Capital** consiste, em consonância com as estratégias do Banco, da construção de cenários normais e estressados determinantes na realização de ações preventivas à insuficiência de capital. No **Risco de Mercado** utiliza-se como metodologia de monitoramento o *Value at Risk (VaR)*, além da realização de testes de estresse simulando a carteira da Instituição em situações atípicas de mercado. No **Risco de Crédito** além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, como: inadimplência, ratings e rolagens, além da exigência de capital regulatório. A gestão do **Risco de Liquidez** consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. Além disso, através do Comitê de Ativos e Passivos do Banco são analisadas e definidas as estratégias para a gestão da liquidez. O **Risco Operacional** é monitorado através da análise de impacto e probabilidade dos riscos mapeados além da base de perdas operacionais. Por fim a Gestão de Riscos é responsável pela apuração dos limites operacionais determinados pelo BACEN, como o **Índice de Basiléia**, buscando o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br.

Porto Alegre (RS), 28 de fevereiro de 2019

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	2018	2017
Circulante	**813.303**	**335.975**
Disponibilidades (Nota 4)	11.124	8.978
Aplicações interfinanceiras de liquidez	215.614	33.196
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	215.614	33.196
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	68.147	64.063
Carteira própria	67.900	63.460
Vinculados à prestação de garantias	247	603
Relações interfinanceiras	230.191	271
Pagamentos e recebimentos a liquidar (Nota 6)	225.492	–
Depósitos vinculados ao Banco Central	437	216
Correspondentes	4.262	55
Operações de crédito (Nota 7)	207.928	216.288
Setor privado	245.038	230.318
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.110)	(14.030)
Outros créditos	79.652	12.755
Carteira de câmbio	400	133
Diversos (Nota 8)	82.403	15.773
Provisão para outros créditos	(3.151)	(3.151)
Outros valores e bens	647	424
Despesas antecipadas	647	424
Não circulante	140.965	150.696
Realizável a longo prazo	134.829	147.830
Operações de crédito (Nota 7)	130.502	143.431
Setor privado	140.650	148.925
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.148)	(5.494)
Outros créditos	3.010	3.957
Diversos (Nota 8)	3.010	3.957
Outros valores e bens	1.317	442
Bens não de uso próprio	543	–
Despesas antecipadas	774	442
Imobilizado de uso (Nota 9)	867	719
Outras imobilizações de uso	2.479	3.038
Depreciações acumuladas	(1.612)	(2.319)
Intangível (Nota 10)	4.748	1.221
Ativos intangíveis	5.239	1.314
Amortização acumulada	(491)	(93)
Diferido (Nota 10)	521	926
Gastos de organização e expansão	4.059	4.059
Amortização acumulada	(3.538)	(3.133)
Total do ativo	954.268	486.671

Passivo	2018	2017
Circulante	**264.942**	**177.542**
Depósitos	234.284	154.475
Depósitos à vista	28.644	24.216
Depósitos a prazo (Nota 11)	205.640	130.259
Relações interdependências	671	3.070
Recursos em trânsito de terceiros	671	3.070
Outras obrigações	29.987	19.997
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	477	391
Carteira de câmbio	1.027	149
Fiscais e previdenciárias	9.293	4.713
Diversas (Nota 12)	19.190	14.744
Não circulante	607.511	220.089
Depósitos	603.873	217.371
Depósitos a prazo (Nota 11)	603.873	217.371
Outras obrigações	3.638	2.718
Diversas (Nota 12)	3.638	2.718
Patrimônio líquido (Nota 14)	81.815	89.040
Capital	133.114	133.114
De domiciliados no País	133.114	133.114
Ajustes de avaliação patrimonial	(10)	2
Prejuízos acumulados	(51.289)	(44.076)
Total do passivo e do patrimônio líquido	954.268	486.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2° semestre de 2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira	83.516	150.495	99.718
Operações de crédito	50.358	105.109	84.161
Resultado de operações de câmbio	5.198	10.541	4.695
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.044	13.024	10.793
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	19.916	21.821	69
Despesas da intermediação financeira	(47.686)	(82.884)	(44.309)
Operações de captação no mercado	(22.412)	(38.370)	(29.084)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(62)	(62)	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.212)	(44.452)	(15.225)
Resultado bruto da intermediação financeira	35.830	67.611	55.409
Outras receitas/despesas operacionais	(47.966)	(78.808)	(48.318)
Receitas de prestação de serviços (Nota 15)	38.232	72.271	62.433
Rendas de tarifas bancárias	2.126	4.126	2.714
Despesas de pessoal	(11.016)	(20.707)	(18.739)
Despesas administrativas (Nota 16)	(68.497)	(119.001)	(84.703)
Despesas tributárias	(6.925)	(12.991)	(9.869)
Outras receitas operacionais	1.586	3.425	3.985
Outras despesas operacionais	(3.472)	(5.931)	(4.139)
Resultado operacional	(12.136)	(11.197)	7.091
Resultado não operacional	12	151	(182)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(12.124)	(11.046)	6.909
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)	3.143	3.833	(2.265)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.741)	(6.647)	(2.369)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.884	10.480	104
(Prejuízo)/Lucro liquído do semestre/exercício	(8.981)	(7.213)	4.644
(Prejuízo)/Lucro líquido por ação	(0,077)	(0,062)	0,040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	133.114	(15)	(48.720)	84.379
Lucro do exercício	–	–	4.644	4.644
Ajuste ao mercado	–	17	–	17
Saldos em 31 de dezembro de 2017	133.114	2	(44.076)	89.040
Saldos em 1º de janeiro de 2018	133.114	2	(44.076)	89.040
Prejuízo do exercício	–	–	(7.213)	(7.213)
Ajuste ao mercado	–	(12)	–	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	133.114	(10)	(51.289)	81.815
Saldos em 1º de julho de 2018	133.114	19	(42.308)	90.825
Prejuízo do semestre	–	–	(8.981)	(8.981)
Ajuste ao mercado	–	(29)	–	(29)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	133.114	(10)	(51.289)	81.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2° semestre de 2018	2018	2017
Atividades operacionais			
Resultado do semestre/exercício antes dos impostos	(12.124)	(11.046)	6.909
Ajustes ao resultado do semestre/exercício	25.476	45.821	18.361
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.212	44.452	15.246
Provisão para outros créditos	–	–	8
Provisão para passivos contingentes	(296)	218	2.106
Depreciação e amortização	558	1.084	816
Baixa líquida de imobilizado e intangível	2	67	185
Resultado líquido ajustado	13.352	34.775	25.270
Variações nos ativos e passivos	74.910	154.211	(66.879)
Ajustes de avaliação patrimonial	(29)	(12)	17
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.050)	(4.084)	(5.804)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	(165.873)	(229.919)	3.306
(Aumento) redução em operações de crédito	33.715	(23.162)	(185.847)
(Aumento) redução em outros créditos	(57.591)	(65.950)	2.876
(Aumento) em outros valores e bens	4.596	9.382	(115)
(Redução) aumento em outras obrigações	5.164	4.045	(5.048)
Aumento em depósitos	256.912	466.311	124.768
(Redução) aumento em relações interdependências	66	(2.400)	(1.032)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	88.262	188.986	(41.609)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(116)	(357)	(321)
Aplicação no intangível	(2.210)	(4.065)	(1.221)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.326)	(4.422)	(1.542)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	85.936	184.564	(43.151)
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	140.802	42.174	85.325
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 4)	226.738	226.738	42.174
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	85.936	184.564	(43.151)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída como Topázio S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 8 de abril de 2005, tornando-se operacional em 1º de março de 2006. Desde 12 de junho de 2009, opera na forma de Banco Múltiplo. O Banco tem como objeto oferecer serviços e produtos financeiros que atendam às especificidades de cada segmento de cliente utilizando, de forma sinérgica, o potencial da relação financeira com a rede conveniada Good Card e Ticket (alcançada através de aliança estratégica firmada em 2016). No segmento de crédito, atuamos em operações com lastro em recebíveis de meios de pagamento. No segmento de serviços, trabalhamos como parceiros de fintechs e empresas de meios de pagamento oferecendo-lhes soluções de conectividade com o sistema financeiro. Operamos câmbio pronto, em remessas internacionais, pagamentos de *e-commerce* e diversas naturezas de transação. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de fevereiro de 2019. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração de resultados:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber: **• Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. **• Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. **• Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Operações de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento, reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, é mantida em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **g. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. **h. Ativo permanente:** O imobilizado de uso, mencionado na Nota Explicativa nº 9, está registrado ao custo de aquisição. Até junho de 2017, a depreciação era computada pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para Instalações, Móveis e Utensílios e Equipamentos de Comunicação e 20% para Processamento de Dados. A partir de julho de 2017, atendendo ao CPC 27 e com base em laudo emitido por empresa especializada, a depreciação passou a ser determinada pelo valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa. Conforme a Resolução n° 4.535 do CMN, de 24 de novembro de 2016, considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. As vidas úteis estimadas dos bens Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamento de Comunicação e Processamento de Dados são de 7 a 18 anos. **i. Intangível e diferido:** O ativo intangível está representado por gastos com *softwares* e projetos Bank as a Service, Operação Ativa Vinculada, Onboarding e Inteligência de Crédito, registrados ao valor de custo. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de três anos. O ativo diferido está representado por gastos com a transformação em Banco Múltiplo, registrados ao valor de custo. A amortização é calculada pelo método linear, no prazo de dez anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **k. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **l. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos: • Depósitos interfinanceiros** - Representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **• Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos** - Estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. **m. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e incorridos. **n. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R$ 120, e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser de 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". **o. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **• Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **p. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia). **q. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **r. Resultado por ação:"** O resultado por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	11.124	8.978
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	699	7.492
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	154.302	3.000
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	60.613	22.704
	215.614	33.196
Total de caixa e equivalentes de caixa	226.738	42.174

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de mercado	2018 Valor de custo	2017 Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda			
Carteira própria - LFT	67.900	67.910	63.460
Vinculados à prestação de garantias - LFT	247	247	603
Total	68.147	68.157	64.063

Os títulos públicos federais possuem vencimento em 1° de março de 2020 e 1º de março de 2023, e o valor de mercado foi apurado com base nos preços divulgados pela Anbima. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2018 foi registrado o ajuste de R$ 12 (R$ 17 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. **6. Relações interfinanceiras - Pagamentos e recebimentos a liquidar:** Os sistemas de liquidação e a carteira de operações de antecipação de transações de pagamento apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Sistemas de liquidação	4.699	271
Antecipação Bandeira Ticket (a)	220.117	–
Antecipação Bandeira Visa e Master (b)	5.488	–
Provisão antecipação de transações de pagamento	(113)	–
Total	230.191	271

(a) Trata-se de operações enquadradas como operação ativa vinculada, iniciadas em 04/2018, em conformidade com a Resolução nº 2.921/2002 do CMN e atualizações, firmada com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira com as partes com as quais possua essa modalidade de acordo. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de receitas foi de R$ 20.297 (2017 - R$ 0), despesas foi de R$ 19.862 (2017 - R$ 0) e o resultado líquido foi de R$ 435 (2017 - R$ 0). Não há operações inadimplentes ou em questionamento judicial sobre os recursos ativos ou captados para essas

continua →

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br

continuação

operações. (b) Operação enquadrada como aquisição de direitos creditórios por meio de cessão, na modalidade com coobrigação, iniciada em 05/2018, em conformidade com a Resolução nº 2.836/2001 do CMN e atualizações, firmados com pessoas jurídicas, resultando na aquisição de direitos de pessoas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, referentes a valores a receber de instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. **7. Operações de crédito:** O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: crédito consignado privado, financiamento ao consumo através de associação com varejos e emissão de dívida. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro, conta garantida e emissão de dívida. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição:

a. Composição das operações de crédito por modalidade:

	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Setor privado						
Capital de giro	**225.927**	**140.505**	**366.432**	205.338	148.517	353.855
CDC	**2.812**	**1**	**2.813**	16.997	396	17.393
Consignado	**–**	**–**	**–**	289	12	301
Emissão de dívida	**202**	**2**	**204**	–	–	–
Conta garantida	**16.097**	**142**	**16.239**	7.694	–	7.694
Total operações de crédito	**245.038**	**140.650**	**385.688**	230.318	148.925	379.243

b. Composição da carteira por vencimento:

	2018	2017
Vencidos:		
Até 60 dias	**11.294**	6.116
De 61 a 180 dias	**8.716**	2.634
Acima de 180 dias	**8.842**	1.343
A vencer:		
Até 180 dias	**117.905**	122.621
De 181 a 360 dias	**98.281**	97.604
Total circulante	**245.038**	230.318
A vencer acima de 360 dias (não circulante)	**140.650**	148.925
Total	**385.688**	379.243

c. Composição da carteira por setor de atividade:

	2018	2017
Indústria	**–**	792
Comércio	**382.610**	360.575
Outros serviços	**74**	182
Pessoa física	**3.004**	17.694
Total	**385.688**	379.243

• Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa. Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00 do CMN, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99 do CMN:

Nível	2018				2017			
risco	Operações de crédito		Provisão		Operações de crédito		Provisão	
	(R$ mil)	%	(R$ mil)	%	(R$ mil)	%	(R$ mil)	%
A	**56.213**	**14,57**	**281**	**0,5**	91.654	24,17	458	0,5
B	**110.895**	**28,75**	**1.109**	**1,0**	83.606	22,05	836	1,0
C	**142.210**	**36,87**	**4.266**	**3,0**	168.483	44,43	5.055	3,0
D	**24.780**	**6,43**	**2.478**	**10,0**	15.098	3,98	1.510	10,0
E	**13.932**	**3,61**	**4.179**	**30,0**	9.059	2,39	2.718	30,0
F	**3.926**	**1,02**	**1.963**	**50,0**	3.556	0,94	1.778	50,0
G	**2.501**	**0,65**	**1.751**	**70,0**	2.058	0,54	1.440	70,0
H	**31.231**	**8,10**	**31.231**	**100,0**	5.729	1,50	5.729	100,0
Total	**385.688**	**100,00**	**47.258**		379.243	100,00	19.524	

d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2º semestre de 2018	2018	2017
Saldo inicial	**33.336**	**19.524**	18.568
Constituição de provisão	**36.230**	**63.626**	28.746
Reversão de provisão	**(10.818)**	**(19.287)**	(13.500)
Créditos baixados para prejuízo	**(11.490)**	**(16.605)**	(14.290)
Saldo final	**47.258**	**47.258**	19.524
Circulante	**37.110**	**37.110**	14.030
Não circulante	**10.148**	**10.148**	5.494

As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 montavam R$ 31.829 (R$ 20.287 em 31 de dezembro de 2017). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram recuperados créditos no montante de R$ 1.358 (R$ 935 em 31 de dezembro de 2017).

8. Outros créditos diversos:

	2018	2017
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar	**6.787**	1.799
Títulos e créditos a receber (a)	**53.781**	3.152
Sociedades ligadas (b)	**115**	116
Depósito judicial	**427**	892
Adiantamentos e antecipações salariais	**69**	234
Tributos diferidos (Nota 17)	**17.357**	5.929
Convênio Rede PAE a receber	**3.710**	3.496
Outros	**157**	154
Total circulante	**82.403**	15.773
Não circulante		
Tributos diferidos (Nota 17)	**3.010**	3.957
Total não circulante	**3.010**	3.957

(a) Valores a receber de correspondentes CDCi no valor de R$ 3.152 (R$ 3.152 em 2017) e valores a receber de cessão de direitos creditórios sem coobrigação no valor de R$ 50.629 (R$ 0 em 2017). (b) Valores a receber da empresa Ticket Soluções HDFGT S.A. de R$ 94 (R$ 90 em 2017); Good Card Licenciamentos QSUA S.A. de R$ 2 (R$ 10 em 2017); e Saque Pague Rede de Autoatendimento S.A. de R$ 19 (R$ 16 em 2017) oriundos de reembolsos.

9. Imobilizado de uso:

	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de comunicação	Processamento de dados	Total
Saldo em 2017					
Custo	328	885	91	1.734	3.038
Depreciação	(150)	(475)	(62)	(1.632)	(2.319)
Saldo contábil líquido em 2017	**178**	**410**	**29**	**102**	**719**
Saldo inicial	**178**	**410**	**29**	**102**	**719**
Aquisições	12	130	18	185	345
Baixas	–	(6)	(1)	(2)	(9)
Depreciação	(35)	(51)	(6)	(96)	(188)
Transferências	–	(317)	–	317	–
Saldo contábil líquido em 2018	**155**	**166**	**40**	**506**	**867**
Custo	340	399	96	1.644	2.479
Depreciação	(185)	(233)	(56)	(1.138)	(1.612)
Saldo contábil líquido em 2018	**155**	**166**	**40**	**506**	**867**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

10. Intangível e diferido:

	Software	Projetos de implantação de produtos	Gastos de organização e expansão	Total
Saldo em 2017				
Custo	93	1.221	4.059	5.373
Amortização	(93)	–	(3.133)	(3.226)
Saldo contábil líquido em 2017	**–**	**1.221**	**926**	**2.147**
Saldo inicial	**–**	**1.221**	**926**	**2.147**
Aquisições	–	4.018	–	4.018
Amortização	–	(491)	(405)	(896)
Saldo contábil líquido em 2018	**–**	**4.748**	**521**	**5.269**
Saldo em 2018				
Custo	–	5.239	4.059	9.298
Amortização	–	(491)	(3.538)	(4.029)
Saldo contábil líquido em 2018	**–**	**4.748**	**521**	**5.269**

11. Depósitos a prazo: Os prazos de vencimentos das operações de depósitos a prazo estão assim segregados:

	A vencer em até 90 dias	A vencer de 91 dias a 360 dias	A vencer acima de 360 dias	Total circulante	Total não circulante
Depósitos					
Depósito à vista	28.644	–	–	28.644	–
Depósito a prazo	65.979	139.661	603.873	205.640	603.873
Total - Dezembro de 2018	**94.623**	**139.661**	**603.873**	**234.284**	**603.873**
Depósito à vista	24.216	–	–	24.216	–
Depósito a prazo	25.450	104.809	217.371	130.259	217.371
Total - Dezembro de 2017	**49.666**	**104.809**	**217.371**	**154.475**	**217.371**

Os depósitos a prazo são remunerados em até 122,00% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos até junho de 2023.

12. Outras obrigações - Diversas:

	2018	2017
Circulante		
Transações a reembolsar (a)	**335**	1.703
Sociedades ligadas (Nota 18)	**6.905**	5.116
Provisão para pagamentos (b)	**10.295**	4.307
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	**427**	1.129
Recursos de terceiros custodiados na TECBAN	**978**	2.219
Outras	**250**	270
Total circulante	**19.190**	14.744
Não circulante		
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	**3.638**	2.718
Total não circulante	**3.638**	2.718

(a) Transações a pagar a estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Valores a pagar de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e fornecedores.

13. Passivos contingentes: A Instituição possui passivos contingentes relativos a processos em andamento, e os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados na tabela a seguir:

	Probabilidade		Provisão	
Natureza	de perda	Quantidade	2018	2017
Trabalhista	Provável	**16**	**3.976**	3.768
Cível	Provável	**11**	**89**	79
Total			**4.065**	3.847

As ações de natureza cível são referentes a rescisão de contratos, ações de sustentação de protesto, inexistência de débitos e indenizatórias. As ações de natureza trabalhista decorrem de processos, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, tendo como objeto os direitos trabalhistas. O valor das contingências possíveis não provisionadas contra o Banco totaliza, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R$ 2.184, referente a processos cíveis e trabalhistas (R$ 4.675 em 2017).

Movimentação da provisão para passivos contingentes:	2018	2017
Saldo inicial	**3.847**	4.704
Constituição de provisão	**1.937**	3.257
Reversão de provisão	**(1.719)**	(4.114)
Saldo final	**4.065**	3.847

14. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R$ 133.114, representado por 116.695.420 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, quando auferido, limitada até 20% do capital social nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações. **c. Dividendos:** O estatuto assegura a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de exercício, nos termos do art. 202 da Lei n° 6.404/76. **15. Receitas de prestação de serviços:** As receitas de prestação de serviços são representadas em sua maioria pelas tarifas cobradas dos bancos conveniados à rede de ATMs (caixas eletrônicos) do Banco, no montante de R$ 70.786 (R$ 60.553 em 2017) e tarifas cobradas de pessoas jurídicas na abertura de crédito.

16. Despesas administrativas:

	2º semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Processamento de dados (a)	**41.266**	**76.320**	60.392
Serviços do sistema financeiro	**17.766**	**23.302**	9.349
Serviços técnicos especializados	**3.282**	**5.276**	2.450
Serviços de terceiros	**2.291**	**7.090**	8.244
Aluguéis	**529**	**1.035**	808
Comunicações	**707**	**1.314**	1.048
Outras despesas administrativas	**2.656**	**4.664**	2.412
Total	**68.497**	**119.001**	**84.703**

(a) O aumento das despesas com processamento de dados no exercício de 2018 está relacionado à quantidade de terminais de atendimento de posto bancário (ATM) alugados e gastos em tecnologia para fazer frente aos novos projetos do Banco. **17. Imposto de renda e contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(11.046)**	6.909
(+) Adições	**71.191**	28.394
(–) Exclusões	**(38.681)**	(27.689)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes das compensações	**21.464**	7.614
IRPJ	**(3.642)**	(1.303)
CSLL	**(3.005)**	(1.066)
Total imposto de renda e contribuição social correntes	**(6.647)**	(2.369)
IRPJ	**6.962**	234
CSLL	**3.518**	(130)
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	**10.480**	104
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	**3.833**	(2.265)

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Baixa	Saldo em 31/12/2018
Adições temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.887	17.287	(784)	(6.023)	**20.367**

Período	2018	2017
Até 1 ano (Circulante)	**17.131**	5.930
Até 2 anos	**726**	2.247
Até 3 anos	**1.246**	1.203
Até 4 anos	**575**	453
Até 5 anos	**401**	54
Mais de 5 anos	**288**	–
Não circulante	**3.236**	3.957
Total	**20.367**	9.887

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio de capital de 7,93% a.a. em 31 de dezembro de 2018, é de R$ 18.497. O saldo existente em 31 de dezembro de 2018 está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado pela Administração e aprovado pela Diretoria, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções. **b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Em função do não atendimento das condições da Resolução nº 3.059/2002 do CMN, o Banco não registrou contabilmente os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo outras diferenças temporárias dedutíveis fiscalmente. Em 31 de dezembro de 2018, o montante não reconhecido relativo aos créditos tributários (ativos fiscais diferidos) é de R$ 11.730 (R$ 17.305 em 31 de dezembro de 2017). **18. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos:** As transações com partes relacionadas compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado:

	2018								2017		
					Pessoas jurídicas		Pessoas físicas (i)		Pessoas jurídicas	Pessoas físicas (i)	
	(a) Saque e Pague	(b) Ticket	(c) Intermetro	(d) Teccloud	(e) Good-Card	Outras		Total			Total
Ativo											
Outros créditos (f)	**19**	**94**	**–**	**–**	**2**	**–**	**–**	**115**	116	**–**	116
Passivo											
Depósitos à vista	**22**	**937**	**15**	**–**	**–**	**–**	**2**	**976**	887	**–**	887
Depósitos a prazo (g)	**51**	**167.502**	**9.643**	**2.049**	**3.204**	**1.095**	**57.121**	**240.665**	31.648	5.898	37.546
Outros passivos (h)	**6.416**	**32**	**130**	**328**	**–**	**–**	**–**	**6.906**	5.116	**–**	5.116

(a) Saque Pague Rede de Autoatendimento S.A. (b) Ticket Soluções HDFGT S.A. (c) Intermetro Locações Serviços POAH Ltda. (d) Teccloud Serviços de Tecnologia AHU Ltda. (e) GoodCard Licenciamentos QBUA Ltda. (f) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8. Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs. (g) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados. (h) Pessoas físicas referem-se a acionistas, com participações diretas e indiretas na instituição. **b. Remuneração da Administração:** Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pago via folha de pagamento. O valor total da remuneração no exercício, incluindo gratificações, é apresentado na rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado, no montante de R$ 2.281 (R$ 3.066 em 2017). O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **19. Estrutura de gerenciamento de riscos:** A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Instituição, por isso conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. **Risco operacional:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes. **Risco de mercado:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. A gestão desse risco utiliza o Value at Risk (VaR) para situações normais, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado. **Risco de liquidez:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos. **Risco de crédito:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, além da exigência de capital regulatório. **Gerenciamento de capital:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas. Também são construídos cenários estressados, identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. **20. Limite operacional (Acordo da Basileia):** Em dezembro de 2018, o Banco Topázio encontra-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 14,17%, possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 10,5% sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e demais normativos complementares. O PR é inteiramente formado pelo capital denominado como de Nível 1, e este, por sua vez, é inteiramente formado por capital classificado como Capital Principal, desse modo esses indicadores possuem o mesmo valor do Índice de Basileia e, portanto, estão acima do mínimo exigido de 6% para o Nível 1 e 4,5% para o Capital Principal. O Banco possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/2007 do Bacen e demais normativos pertinentes.

A Diretoria

Patrícia Cáren da Silveira Andrade - Contadora - CRC/RS 58013/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do Banco Topázio S.A. - Porto Alegre - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2019

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555
www.luzpublicidade.com.br